

EDITORIAL

Desde que o Presidente Itamar Franco iniciou seu governo, ficou bastante claro para a sociedade brasileira que ele seria de transição, que a sua grande missão contemplaria dois pontos precipuos, independentes dos interesses divergentes: manter o País em condições de chegar inteiro às eleições de 1994, quando a população refeita da "ressaca collorida" elegeria um novo presidente; e preparar o terreno para que se viabilizassem as condições para a aplicação de uma nova política de estabilização de preços e a implantação de um programa de crescimento e desenvolvimento econômico adequado à realidade nacional.

Porém os acontecimentos que têm caracterizado o Governo Itamar Franco indicam que o capital político e ético, exemplarmente conquistado com o *impeachment* de 1992, vem sendo "queimado" de uma forma tão rápida, a ponto de não conseguir implantar ou mesmo gerar um mínimo de orientação de política econômica que propicie o início do restabelecimento da ordem econômica e social.

É premido por esse contexto que, em 24 de abril passado, após seis meses e 22 dias de gestão e 395% de inflação acumulada, o Governo anunciou seu Programa de Ação. Os principais pontos que compõem esse programa são basicamente: estímulo à agricultura, combate à fome e à miséria, intensificação do programa de privatização, estímulo à habitação, redução do imposto para importação de remédios, redução dos juros dos títulos públicos e rolagem das dívidas dos estados.

Em realidade, não se tratou de um programa de metas e, muito menos, de um plano econômico que tivesse condições de encaminhar a missão precípua desse Governo. O "Programa" apenas retratou um conjunto de intenções governamentais e consiste, essencialmente, numa série de estímulos a setores específicos e numa anunciada disposição de pagar menos pela rolagem da dívida, o que se restringe a uma tímida forma de combater a inflação.

Como ação suplementar, o "Programa" promete combater a sonegação fiscal. Nada apresenta sobre o reaparelhamento dos quadros e os recursos da Receita Federal para o exercício desse combate, pois é sabido que, no estado em que se encontra, a Receita é incapaz de fazer o que quer que seja.

Por sua vez, a política de crescimento econômico ficou apenas por conta dos estímulos setoriais, dos quais os mais vultosos são orientados para a agricultura e, ainda, tendo como maior favorecido o setor usineiro. Ora, se pudéssemos fomentar o crescimento apenas com estímulos, certamente não estaríamos na atual situação.

Não bastasse todo esse vazio na condução econômica efetiva, o Governo Itamar Franco vem mostrando uma completa falta de sintonia, inclusive na orientação política. Além disso, tivemos a quase completa insolvência dos capitais político e ético configurados na questão Eliseu/Odebrecht.

Esse cenário modificou-se com a troca do Ministro da Fazenda. A entrada de Fernando Henrique Cardoso nesse Ministério devolveu ao Governo Itamar Franco as condições para: primeiro, resgatar parte da credibilidade perdida; e, segundo, reeditar as condições para o cumprimento de sua missão precípua. É evidente que, para tanto, uma série de medidas foram acionadas, dentre as quais o Plano de Ação Imediata que,

basicamente persegue o ajuste fiscal, busca acelerar as privatizações e força um controle sobre as finanças estaduais e os respectivos bancos oficiais.

A expectativa é a de que as articulações até agora implementadas sejam consideradas apenas como um passo inicial no sentido de gerar as condições para a implantação de um programa de estabilização e não como algo suficiente para debelar o processo inflacionário brasileiro.

Com a intenção de contribuir para a discussão da concepção de um programa de estabilização, que, inquestionavelmente, deverá ser o segundo momento de ação do atual Ministro da Fazenda, o **Tema em Debate** deste número trata da política econômica brasileira presente e de suas perspectivas. Faz-se importante pautar nossos agradecimentos aos convidados especiais que, com suas análises, contribuíram para o enriquecimento do debate.

Este número apresenta como inovação, na seção **Artigos de Conjuntura**, a publicação de um conjunto de artigos em espanhol. A idéia é a de nos inserirmos, cada vez mais, no movimento de integração proposto pelo MERCOSUL. Alertamos os nossos leitores para o fato de que, dependendo da receptividade que tivermos, essa forma poderá transformar-se em praxe.

Na seção **Conjuntura Econômica**, tem-se uma coletânea de artigos analisando o comportamento das políticas monetária e fiscal, da indústria, da agricultura, de emprego e salário e do setor externo. Ainda nessa seção, como um tópico especial de conjuntura, editamos um artigo que mostra a reforma da Política Agrícola Comum e o comércio mundial de produtos agrícolas.

Encerramos esta edição, com dois artigos que compõem a seção **Análise Especial**. Um texto contempla a questão do regionalismo e desequilíbrio espacial, enquanto o outro está centrado na questão da empresa rural no Brasil.

A Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, seguindo sua já tradicional linha de ação, espera estar contribuindo para o aprofundamento do debate técnico-científico a respeito das políticas de estabilização para a economia brasileira. A todos que conosco colaboraram para a realização deste número, os nossos agradecimentos.

O Editor